

Apoio à criação do Parque Marinho do Cavalo Marinho da Cidade Baixa e elaboração dos Planos de Manejo dos Parques Marinhos da Barra e Cavalo Marinho da Cidade Baixa

P1. PLANO DE TRABALHO



04 de dezembro de 2023

Conteúdo

1.	4	
2.	5	
3.	6	
4.	7	
5.	7	
ETAPA 1. PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO		6
Atividade 1.0	Mobilização e	8
Atividade 1.1	Recopilação da documentação existente	7
Atividade 1.2	Elaboração do Plano de Trabalho	7
Atividade 1.3	Reunião técnica de coordenação com a equipe do PRODETUR e entidades gestoras	7
Atividade 1.4	Apresentação do plano do trabalho. Reunião de início dos trabalhos	8
Atividade 1.5	Validação do Plano de Trabalho Final por parte da equipe do PRODETUR	8
ETAPA 2. DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DOS PARQUES MARINHOS		9
Atividade 2.1	Levantamento de Dados secundários e atualização Cartográfica	9
Atividade 2.2	Análise inicial e sistematização das principais informações	17
Atividade 2.3	Levantamento de informações primárias para o diagnóstico atualizado dos PM	13
Atividade 2.4	Zoneamento ecológico econômico (ZEE) dos Parques Marinhos	21
2.5	Elaboração dos relatórios dos Diagnósticos Socioambientais	22
		23
ETAPA 3. ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO E PROGRAMA DE GESTÃO PARA OS PARQUES MARINHOS		24
Atividade 3.1	Elaboração do Guia do Participante	24
Atividade 3.2.	Oficinas de Planejamento Participativo (OPP) dos Parques Marinhos (2 por UC)	27
Atividade 3.3	Elaboração do plano e estratégias de gestão dos parques marinhos	32
ETAPA 4. ELABORAÇÃO DOS DECRETOS E NORMAS DE ORDENAMENTO DOS PLANOS DE MANEJO		35
Atividade 4.1	Reuniões técnicas com o GT para a definição do	38
Atividade 4.2	Elaboração da minuta das normas de ordenamento e controle dos planos de manejo	35
Atividade 4.3	Consolidação dos Planos de Manejo contendo as minutas finais dos decretos	37

ETAPA 5. CONSOLIDAÇÃO DOS PLANES DE MANEJO	38
Atividade 5.1 Elaboração de relatórios executivos e fotográficos das oficinas e procedimentos de trabalho	38
Atividade 5.2 Revisão dos relatórios e da versão consolidada dos planos de manejos considerando os comentários	40
Atividade 5.3 Apresentação final dos Planos de Manejos às comunidades envolvidas	40

1. INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, foi instituído o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC). A Lei do SNUC representou grandes avanços à criação e gestão das Unidades de Conservação (UC) nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), pois ela possibilita uma visão de conjunto das áreas naturais a serem preservadas.

O artigo 2º da referida lei define Unidade de Conservação como:

I - Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, Art. 2).

As unidades de conservação são locais com características naturais relevantes, que têm por objetivo assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente.

A criação de uma UC, geralmente, se dá quando há uma demanda da sociedade para proteção de áreas de importância biológica e cultural ou de beleza cênica, ou mesmo para assegurar o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações tradicionais (MMA, 2020).

Paulo Affonso Leme Machado (2016, pag. 1001) aponta que “... é necessária a elaboração de estudos técnicos para a criação das unidades de conservação, visando esses procedimentos à localização, à dimensão, e aos limites mais adequados para a unidade.”.

A criação de Unidades de Conservação, além de favorecer a conservação ambiental, contribui significativamente para a proteção e manutenção dos patrimônios ambientais e culturais, preservando amostras significativas de diversos ecossistemas.

Este plano de trabalho apresenta, portanto, a organização e o planejamento para elaboração do Plano de Manejo de duas Unidades de Conservação, sendo elas:

Parque Natural Municipal Marinho da Barra e do Parque Natural Municipal Marinho do Cavalo Marinho da Cidade Baixa, ambos em Salvador, na Bahia. A construção dos Planos de Manejo serão executados sob o acompanhamento e a supervisão técnica **Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Salvador**, inscrita no 13.927.801/0028-69, neste ato representada por seu titular, **Pedro Conde Tourinho**, autorizado por Decreto Governamental s/n.º, publicado no Diário Oficial do Município, edição de 17/01/2023.

2. ÁREA DE ESTUDO

A abrangência geográfica da área de trabalho inclui a área do Parque Natural Municipal Marinho da Barra, criado por Decreto n.º 30.953 de 12 de abril de 2019 e do Parque Natural Municipal Marinho do Cavalo Marinho da Cidade Baixa, sem Decreto de Criação.

Parque Natural Municipal Marinho da Barra (PNMMB)

Esta área encontra-se totalmente inserida na Bahia de Todos os Santos, estado da Bahia, município de Salvador, no bairro da Barra. O Parque possui, aproximadamente, 323 km² de área. Fica compreendida entre o Forte de Santa Maria no Porto da Barra e o Farol da Barra, até a isóbata de 12 m de profundidade, abrangendo uma rica biodiversidade além de três naufrágios históricos. Dentre as principais atrações turísticas do parque, além dos dois fortes que delimitam a área, tem os três naufrágios Maraldi (1875), Germânia (1876) e Bretagne (1903) que estão em águas rasas, entre 4 m e 12 m de profundidade e a menos de 150 m de distância da praia, facilmente acessíveis para pessoas que fazem mergulho desde a praia.

A seguir, é apresentado o mapa de localização da UC PNMMB e seu entorno imediato.

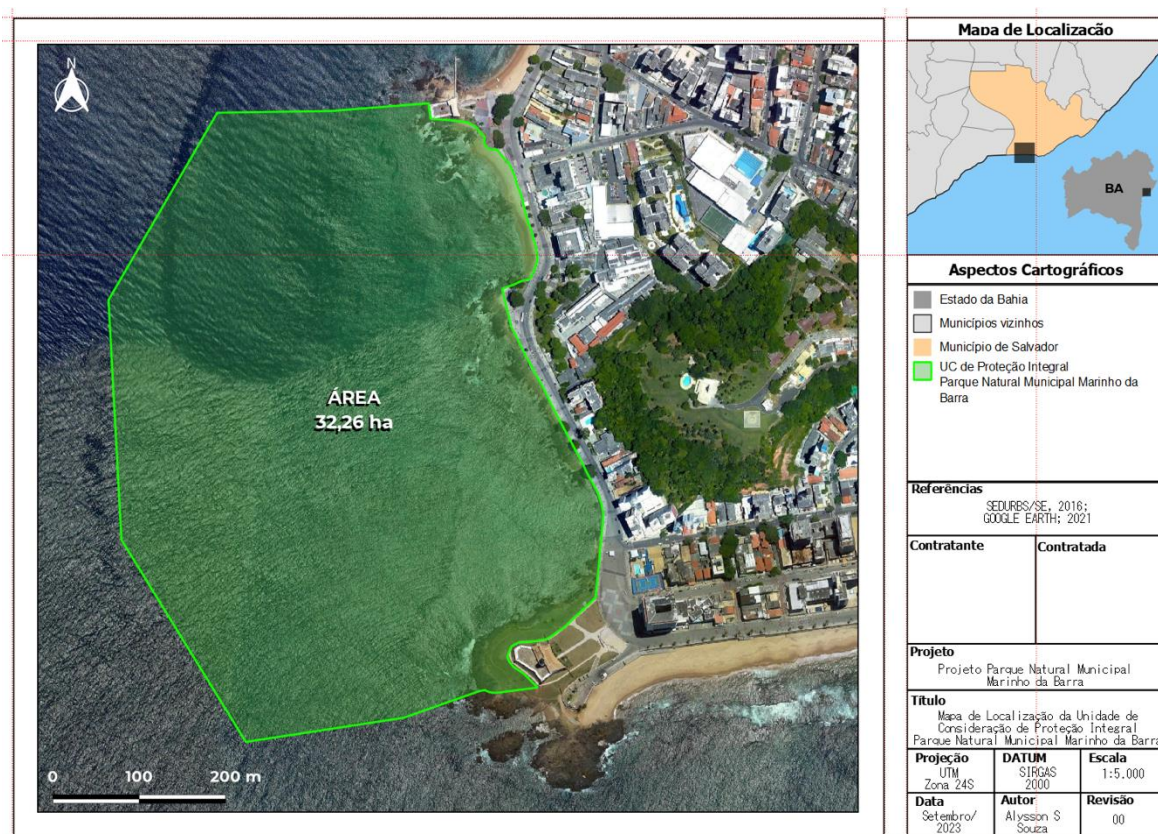


Figura 1. Área da UC do PNMM da Barra. Fonte: Ambientec, com base no Decreto de criação da UC.

Parque Natural Municipal Marinho do Cavalo Marinho da Cidade Baixa (PNMMCMCB)

O Parque possui não existe formalmente (decreto ou lei de criação), seu perímetro e localização precisa serão construídos a partir dos estudos que este plano de trabalho irá compilar e analisar e dos elementos construídos nas Oficinas de Diagnóstico Participativa (ODP) e Oficinas de Planejamento Participativo (OPP).

Embora, conhece-se de antemão, que se localiza na parte marítima da Cidade de Salvador, entre a Ponta do Humaitá e a praia do Canta Galo na região conhecida como Cidade Baixa, na Bahia de Todos os Santos.

A seguir, é apresentado o mapa com previsão do local aproximado em que será definido o perímetro do PNMMCMCB.

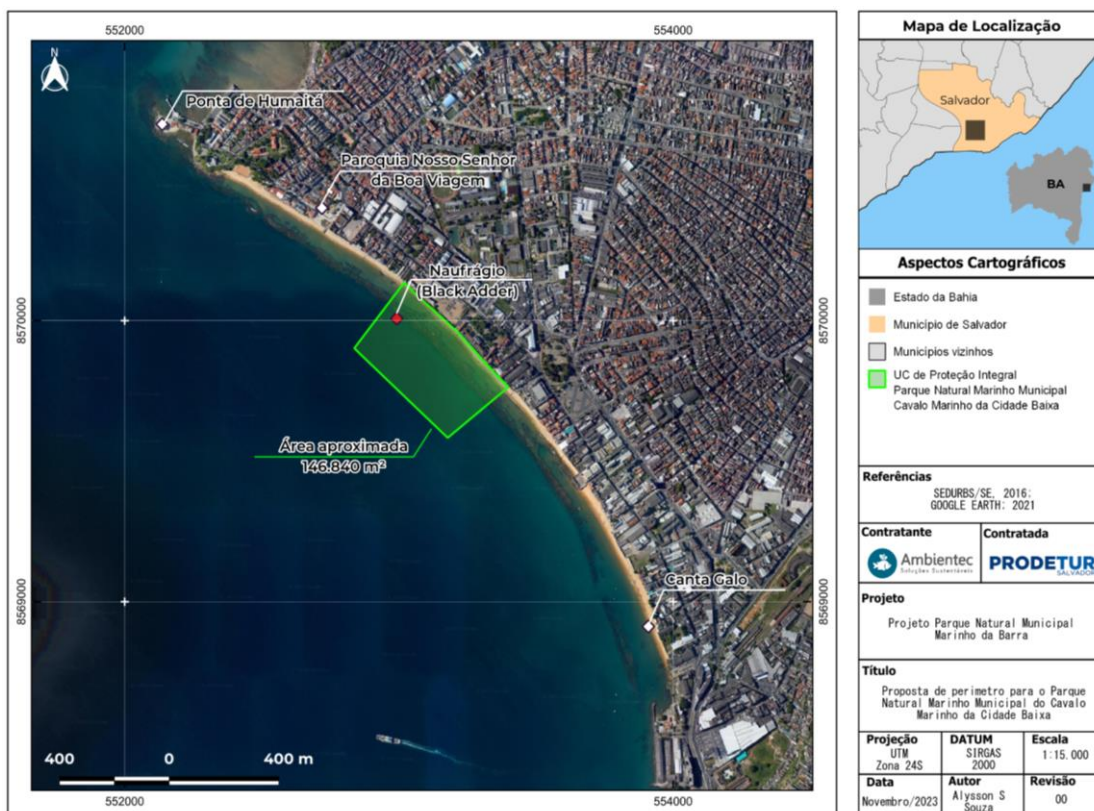


Figura 2. Mapa de localização provável da UC PNMM do Cavalo Marinho da Cidade Baixa. **Fonte:** Ambientec (2021), com base nos estudos preliminares da UC.

Ambos Parques, se encontram inseridos na APA Baía de Todos os Santos, conforme Decreto Estadual 7.595 de 5 de junho de 1999.

3. JUSTIFICATIVA

A Lei Federal n.º 9.985/2000 regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Trata-se de espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais e relevantes, instituídas legalmente pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Já a zona de amortecimento é “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (CONSEMA, 2011).

A norma estabelece como categorias de unidade de conservação as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. As UCs de Proteção Integral, têm como objetivo básico preservar a natureza, admitido somente o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei do SNUC. Já as UCs de Uso Sustentável, visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Em seu art. 36, a norma estabelece, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos considerados pelo órgão ambiental como de significativo impacto ambiental com base em EIA-RIMA, o apoio, por parte do empreendedor, para implantação e manutenção de unidade de conservação, preferencialmente do Grupo de Proteção Integral, podendo ser contemplada a criação de novas unidades de conservação, pela destinação de parte dos recursos de compensação ambiental para essa finalidade específica.

4. OBJETIVO

Elaboração de minuta de decreto municipal de criação do Plano de Manejo e Zoneamento do Parque Natural Municipal Marinho do Cavalo Marinho da Cidade Baixa e elaboração do Plano de Manejo e dos zoneamentos ecológicos econômicos (ZEE) do Parque Natural Municipal Marinho da Barra.

5. PLANO DE TRABALHO

Os Planos de Manejos (PM) do Parque Natural Municipal Marinho da Barra (PNMMB) e do Parque Natural Municipal Marinho do Cavalo Marinho da Cidade Baixa (PNMMCMCB) terão sua metodologia baseada no Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais, elaborado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2018), com as devidas adaptações, levando em conta se tratar de UC municipais e demais particularidades dos Parques¹.

¹ Esta adaptação se faz necessária, pois o Roteiro Metodológico de 2018 elaborado pelo ICMBio foi elaborado tendo como objeto áreas Federais, que possuem uma maior complexidade e, portanto, uma necessidade de construção equitativa.

ETAPA 1. PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO

A etapa visa: mobilizar as equipes, os recursos materiais, tomar as providências legais exigidas e formular os planos iniciais de atuação das equipes.



PRODUTOS:

- ✓ **P1. Plano de Trabalho abrangendo os dois parques.**

Atividade 1.0 Mobilização e pendências iniciais

A finalidade desta atividade é esclarecer todos os aspectos sobre os trabalhos a desenvolver, os objetivos e a coordenação com as instituições envolvidas e com os gestores das Unidades de Conservação, bem como a compilação inicial das informações existentes sobre os Planos de Manejo existentes, a legislação aplicável e os roteiros metodológicos que deverão ser atendidos para o desenvolvimento dos trabalhos.

Uma vez esclarecidos esses aspectos, será possível identificar melhor as falhas de informação e programar as atividades de coleta de dados primários e secundários que serão necessários, e incorporar o planejamento dessas tarefas de coleta de dados à planificação do projeto.

Atividade 1.1 Recopilação da documentação existente

A coleta e análise das informações disponíveis, inclui o levantamento bibliográfico e cartográfico, assim como fotos aéreas e imagens de satélite disponíveis sobre a área. Se compilará as informações específicas, relativa aos seguintes elementos para a elaboração dos Planos de Manejo, incluindo: (i) Informação para a elaboração do Cadastro de Atores Sociais para a celebração das reuniões e das oficinas (ODP e OPP) com as comunidades da Barra e a Cidade Baixa; (ii) Informação para a elaboração dos Diagnósticos Socioambiental; (iii) Informação para a obtenção dos dados cartográficos, além outros.

Para levantamento das informações para a elaboração dos diagnósticos socioambientais dos PMs serão consultados os dados oficiais disponíveis de cada área onde estão localizados os Parques, que serão complementadas com os seguintes como documentos de consulta:

- O procedimento estabelecido no “Roteiro metodológico para elaboração e revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais. (ICMBio, Brasília-DF, 2018).
- Imagens orbitais e suborbitais de cada um dos PMs.
- Publicações do IBAMA/SETUR/SEMA/PRODETUR/SECIS² relacionadas com os PMs.
- Normativas específicas relacionadas.
- Pesquisas desenvolvidas pelas Universidades / Academia.
- Dados de visitação coletados (pressão turística).

² Secretaria de Sustentabilidade, Resiliência e Bem-estar e Proteção Ambiental (Salvador/BA)

- Estudos, artigos e publicações técnicas referidas ao desenvolvimento dos PMs.
- Termos de referência.
- Toda aquela que seja considerada pertinente para a elaboração dos dois Planos de Manejo para os PMs.

Atividade 1.2 Elaboração do Plano de Trabalho

Trata-se da formulação dos planos iniciais de atuação do Consórcio e estabelecimento das bases organizacionais que regerão os serviços para os estudos previstos nos PMs de Salvador de Bahia. Em conjunto com diversas secretarias municipais serão definidas as linhas gerais de configuração desse Plano, visando ao estabelecimento das políticas e diretrizes que deverão ser observadas no marco do projeto.

A elaboração do Plano de Trabalho deverá conter a apresentação e toda a estrutura de gerenciamento e coordenação dos trabalhos, bem como as atribuições detalhadas de cada um dos profissionais envolvidos e o detalhamento do cronograma de atividades e da metodologia, identificando todos os procedimentos a serem seguidos para que os produtos de cada fase sejam entregues conforme previsto.

Atividade 1.3 Reunião técnica de coordenação com a equipe do PRODETUR e entidades gestoras

A reunião inicial será fundamental para apresentação não somente da Equipe de Trabalho, como também para o alinhamento do Plano de Trabalho, especialmente no tocante ao cronograma, ao encadeamento das atividades, os responsáveis pela execução de cada atividade, além da definição dos subsídios necessários para a execução dos serviços, bem como os responsáveis por seu fornecimento. A identificação e clarificação de tais metas desde o início são essenciais ao desenvolvimento adequado dos serviços. Referimo-nos às informações financeiras, técnicas e jurídicas, de forma aprofundada àquela disponibilizada no Termo de Referência, sem prejuízo de futuras solicitações de dados adicionais. Também será estabelecido o esquema de comunicação entre o PRODETUR e o Consórcio.

As informações levantadas serão inseridas no plano de trabalho que será apresentado posteriormente. Ao término de cada reunião, especialmente da primeira, será elaborada a Ata da reunião e disponibilizado o material apresentado durante a reunião (*slides*), sempre que aplicável.

Atividade 1.4 Apresentação do Plano do Trabalho. Reunião de início dos trabalhos

Reunião de alinhamento entre o Consórcio, equipe técnica do PRODETUR e áreas da Municipalidade de Salvador/BA para discutir os procedimentos internos na elaboração do Plano de Manejo dos dois PMs. O consórcio apresentará e discutirá as estratégias de trabalho a ser seguida e a avaliação das condições de logística dos PMs, os meios necessários e o apoio de todas as partes, incluindo a apresentação do Plano de Trabalho para alinhamentos nas datas das

expedições de campo, das oficinas e da entrega dos produtos, e definido os papéis dos diferentes membros da equipe que atuará no planejamento dos PMs.

Atividade 1.5 Validação do Plano de Trabalho Final por parte da equipe do PRODETUR

Os comentários e contribuições ao Plano de Trabalho apresentado, serão incluídos na versão final do documento que deverá ser validado pela equipe da PRODETUR como **produto 1** do contrato.

ETAPA 2. DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DOS PARQUES MARINHOS

Nesta etapa, a equipe de consultoria elaborará um diagnóstico socioambiental, que será a base para os Planos de Manejo das duas áreas protegidas. O diagnóstico será baseado principalmente em fontes secundárias, embora inclua trabalho de campo para verificar elementos específicos, bem como uma fase participativa.



PRODUTOS:

- ✓ **P2.1 Relatório de análise e sistematização das principais informações secundárias – Parque Natural Municipal Marinho da Barra.**
- ✓ **P2.2 Relatório de análise e sistematização das principais informações secundárias – Parque Marinho do Cavalo Marinho da Cidade Baixa.**
- ✓ **P3.1 Diagnóstico Socioambiental da área do Parque Natural Municipal Marinho da Barra, com proposta de zona de amortecimento e zoneamento ecológico econômico - ZEE das atividades que ocorrem atualmente no local e entorno.**
- ✓ **P3.2 Diagnóstico Socioambiental da área do Parque Marinho do Cavalo Marinho da Cidade Baixa com minuta de decreto de criação, proposta de poligonal para a área do parque, proposta de zona de amortecimento e zoneamento ecológico econômico - ZEE das atividades que ocorrem atualmente no local e entorno.**

Atividade 2.1 Levantamento de Dados secundários e atualização Cartográfica

As fontes secundárias de informação serão a base para a construção do diagnóstico dos Parques Marinhos. O levantamento de dados e atualização cartográfica buscará junto aos órgãos públicos, universidades, instituições privadas e organizações da sociedade civil, qualquer produto que possa caracterizar os PMs em seus mais abrangentes aspectos, com o fim de estabelecer corretamente os objetivos de conservação dos Parques.

2.1.1 Recopilação dos documentos e informação secundária disponível de cada um dos PMs inclusive pesquisas e informação científica e técnica relativa à caracterização socioambiental dos PM e área de influência

A coleta de informação terá em consideração estudos *in loco* e as mudanças do arcabouço legal brasileiro. Serão considerados estudos existentes de órgãos como o IBAMA, Universidades, e Secretarias municipais e estaduais, bem como de outras entidades públicas e privadas, havendo pertinência, considerando estudos realizados pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município (Lei 9.069/2016 de 30 de junho de 2016), e o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do litoral do Estado da Bahia, bem como outros trabalhos relevantes disponíveis. A coleta e a análise das informações disponíveis (estado da arte) incluirão a coleta de dados bibliográficos e cartográficos, bem como a investigação de imagens orbitais e suborbitais existentes.

A literatura especializada para fauna e flora que estudou o estado, ou os mesmos ecossistemas em locais próximos, será utilizada para descrever a biota local. Adicionalmente, materiais publicados pelo Ministério do Meio Ambiente como o Livro Vermelho das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção e outras listas de espécies ameaçadas, como a da IUCN, serão verificadas para observar a distribuição de espécies com provável ocorrência na região. Entrevistas com locais poderão indicar espécies animais utilizadas como caça ou como estimação. Pesquisas em comunidades também permitirão, em um levantamento indireto, conhecer as principais espécies com potencial de uso alimentar, medicinal, etc.

Após a compilação das informações secundárias, será realizada uma verificação in loco, para reconhecimento e verificação dos dados apresentados no seu contexto local. Neste momento serão realizados levantamentos de dados primários, como caracterização e registros fotográficos que deem suporte aos dados anteriormente levantados.

Foram disponibilizados, pela SECULT, os documentos e estudos relacionados à constituição dos Parques e serão utilizados como fonte de dados secundárias de interesse prioritário, sendo eles:

Tabela 1. Documentos e estudos apresentados pela contratante

Documento/estudo	Fonte	UC
Ata n 01 Reunião do Conselho Gestor do Parque Municipal Marinho da Barra (29/06/2021)		Barra
Diário Oficial do Município (Salvador/BA) 13 a 15 de abril de 2019, ano XXXII, n.º 7348. Com decreto n.º 3.953 de 12 de abril de 2019. Que cria o Parque Natural Municipal Marinho da Barra.		Barra
Diário Oficial do Município (Salvador/BA) 11 a 12 de junho de 2020. Ano XXXIII, n.º 7.684. PORTARIA n.º 026/2020 que nomeia e empossa os membros do Conselho Gestor do PNMB	Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência - SECIS	Barra
Estudos técnicos para criação do Parque Marinho da Cidade Baixa		Cidade Baixa
Diário Oficial do Município (Salvador/BA) 14 de fevereiro de 2020. Ano XXXIII, n.º 7.572. PORTARIA n.º 008/2020 que cria o Grupo de Trabalho de acompanhamento da criação da Unidade de Conservação Parque Marinho da Cidade Baixa	Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência - SECIS	Cidade Baixa
Parecer Técnico: Importância do Parque Marinho da Cidade Baixa	Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência - SECIS	Cidade Baixa

Ata de eleição do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Marinho da Barra, Realizada em 16/06/2019 no Parque Social (Parque da Cidade).	Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência - SECIS	Barra
Regimento Interno do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Marinho da Barra n 001 de 19/06/2022	Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência - SECIS	Barra
Relação de integrantes do Conselho Gestor da UC Barra		Barra
Relação de integrantes do grupo de estudo da UC		Cidade Baixa
Estudos que fundamentaram o decreto de constituição da UC da Barra		Barra

Além destes documentos e estudos fornecidos pelo contratante dispõem-se os instrumentos legais que se relacionam diretamente com a constituição das UC, sendo elas:

Tabela 2. Documentos legais que se relacionam diretamente com a constituição das UC

DOCUMENTO	ABRANGÊNCIA
Lei n.º 9.069/2016- Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016	Municipal
Lei n.º 7.400/2008 - Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural – SAVAM	Municipal
Decreto n.º 30.953 de 12 de abril de 2019 – Cria e delimita o Parque Natural Municipal Cria e delimita o Parque Natural Municipal (da Barra)	Municipal
Lei Federal n.º 7.661/1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências	Federal
Lei Federal n.º 8.617/1993, que dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências;	Federal
A Lei n.º 6.938/1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências	Federal
LEI n.º 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC;	Federal
Instrução Normativa n.º 7/2017/GABIN/ICMBIO, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017	Federal
Instrução Normativa nº 01/2011 IBAMA/ICMBio: Estabelece as áreas e períodos de restrição para as atividades de exploração e produção de óleo e gás durante a temporada reprodutiva de tartarugas marinhas na costa brasileira;	Federal

Plano de Ação Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas no Brasil – PAN/ICMBio/MMA	Federal
Instrução Normativa n.º 001/2016 do INEMA/BA: Dispõe sobre as diretrizes, critérios e procedimentos administrativos para autorizações ambientais para o manejo de fauna silvestre em processos de licenciamento ambiental, envolvendo o levantamento, salvamento e monitoramento de fauna silvestre e dá outras providências	Estadual
Portaria n.º 37/2017: Publica a Lista Oficial das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção do Estado da Bahia	Estadual
Decreto n.º 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias	Federal
Resolução CONAMA n.º 274, de 29 de novembro de 2000 - Padrões de balneabilidade, estabelecidos para a qualidade das águas doces, salobras e salinas destinadas à recreação de contato primário (banho público)	Federal
Resolução CONAMA n.º 357, de 17 de março de 2005 - Padrões de qualidade da água, contemplando os diferentes usos da água e os critérios para a proteção desses usos; os planos de tratamento (para o necessário melhoramento dos sistemas de esgotamento urbano e industrial);	Federal
Resolução n.º 430, de 13 de maio de 2011 - Padrões de efluentes (líquidos), a serem obedecidos pelos lançamentos diretos e indiretos de efluentes líquidos provenientes de atividades poluidoras, em águas interiores ou costeiras, superficiais ou subterrâneas.	?
DEFESO ³ (calendário 2022) Robalo, Robalo-branco, Camurim ou Barrigamole (<i>Centropomus parallelus</i> , <i>Centropomus undecimalis</i> , <i>Centropomus spp.</i>) 1º Período: 15 de maio à 31 de julho. Local: Espírito Santo e Bahia	Federal
DEFESO (calendário 2022) Garoupa-verdadeira (<i>Epinephelus marginatus</i>), período: 01 de novembro à 28 de fevereiro. Local: Todo território nacional	Federal
Caranha (<i>Lutjanus cyanopterus</i>), do Sirigado (<i>Mycteroperca bonaci</i>), da Garoupa-de-São-Tomé (<i>Epinephelus morio</i>) e do Badejo Amarelo (<i>Mycteroperca interstitialis</i>) Período: 01 de agosto à 30 de setembro. Local: Todo território nacional	Federal
DEFESO (calendário 2022) Pargo (<i>Lutjanus purpureus</i>), Período: 15 de dezembro à 30 de abril Local: Todo território nacional	Federal
DEFESO (calendário 2022) Gurijuba (<i>Sciades parkeri</i>), período: 17 de novembro à 31 de março. Local: Todo território nacional	Federal
DEFESO (calendário 2022) Lagosta vermelha (<i>Panulirus argus</i>), verde (<i>Panulirus laevicauda</i>), pintada (<i>Panulirus echinatus</i>). Período: 01 de	Federal

³ Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (<http://www.bahiapescas.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=15>)

<p>novembro (Excepcionalmente, em 2021, será 01 de dezembro) à 30 de abril</p> <p>Local: Todo território nacional</p>	
<p>Portaria n 96/CPBA de 06 de outubro de 2021 (Capitania dos Portos da Bahia). Proíbe o fundeio de embarcações em áreas de sítios arqueológicos subaquáticos.</p>	Estadual
<p>Decreto estadual 7.595 de 05 de junho de 1999 que cria a APA da Baía de Todos os Santos</p>	Estadual
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei nº 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; • Constituição federal de 1988 (artigo 225, parágrafo IV), que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216 • Artigos 149 e 303 das Convenções das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (1982), os quais fazem referência aos objetos de valor histórico e arqueológico, firmando a obrigatoriedade de que os Estados Partes os protejam. • A Carta de Icomos (1996) na qual consiste na proteção e preservação dos direitos das gerações futuras com relação ao patrimônio cultural subaquático. • Anexo II da Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 2001 ao considerar o patrimônio cultural subaquático um recurso material limitado, não renovável e que por estas características singulares, precisa estar protegido para que possa ser estudado e conhecido. 	Federal

O método para busca de dados secundários para composição dos estudos de diagnóstico não se limita a compilação dos estudos e documentos citados acima. A partir desta primeira construção, será realizada uma busca complementar, sendo selecionados outros estudos e fontes. A revisão bibliográfica complementar consistirá na busca de informações pertinentes em outras fontes de produções científicas, tendo como base preferencial de consulta os periódicos da CAPES, SciELO, universidades como IFBA, UFBA e UNEB e Google Acadêmico, institutos e organizações (UNESCO, IBGE) e agências e autarquias (ANA, ANTAQ, IBAMA, INEMA), CODEBA, entre outros. As referências complementares de artigos, teses e dissertações serão incluídas na bibliografia do diagnóstico secundário.

Para o meio biótico serão consultadas as coleções biológicas disponíveis em instituições de pesquisa (UFBA; UNEB; IFB).

2.1.2 Atualização do material cartográfico existente através da revisão e inclusão de informações bibliográficas, iconográficas, cartográficas e toponímicas existentes

Para as informações cartográficas serão utilizados os arquivos vetoriais KML e *shapefile* do Sistema da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI (SEIGeo⁴) da Prefeitura de Salvador/BA, entre outras bases cartográficas oficiais (ICMBio, IBGE e ANA), entre as quais estão:

- Diretoria de Serviço Geográfico do Exército (DSG)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Portal SIERCO do Ministério de Meio Ambiente, sobre informação geográfica Costeira.
- Serviço Geológico do Brasil (CPRM)
- Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA)
- Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR).
- Infraestrutura de Dados Espaciais do Brasil (INDE).
- Ministério de Meio Ambiente do Brasil (MMA).
- Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA)
- Registro Geral da Atividade Pesqueira no Brasil (RGP)
- Serviço Geológico do Brasil (CPRM).
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (INPE).
- Sistema Ibero-americano de informação sobre o Água (SIAGUA)
- Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000).
- Secretaria do Meio Ambiente (SEMA)
- Secretaria de Turismo do Estado de Ceará (SETUR/CE)
- Superintendência Estadual do Meio Ambiente SEMACE
- Instituto Brasileiro del Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Além dessas informações, a equipe terá em consideração estudos *in loco* e as mudanças do arcabouço legal brasileiro. Serão considerados também estudos existentes nas Universidades, e Secretarias dos Governos Estadual e Municipal, outras entidades públicas e privadas, havendo pertinência, considerando estudos realizados pelo Plano Diretor do Município, e o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do litoral do Estado da Bahia, bem como outros trabalhos relevantes disponíveis.

2.1.3 Realização de uma reunião com cada entidade gestora de cada PM e com os funcionários (caso existam) para coleta de informações e esclarecimento do esquema de envolvimento deles

Nesta fase serão realizadas reuniões com as entidades correspondentes para complementar a informação recolhida anteriormente, e resolver quaisquer dúvidas que possam ter surgido no processo.

⁴ <https://portal.geo.sei.ba.gov.br/portal/apps/sites/#!/seigeo>

Atividade 2.2 Análise inicial e sistematização das principais informações secundárias

2.2.1 Análise e interpretação das informações básicas levantadas e pesquisadas nas documentações coletadas e organização da base de dados geográfica para atualização da poligonal e o ZEE

Todos os documentos serão analisados, sistematizados e registrados em um **banco de dados** de informações em Excel que servirá de referência para a elaboração dos produtos, consulta por todos os membros da equipe e construção das referências finais. Esse banco de dados incluirá, entre outros campos, a data, o autor e o assunto da publicação.

As informações geográficas sobre usos e ocupações, habitats, áreas protegidas e ecossistemas naturais serão integradas em um **Banco de Dados Geográfico (BDG)** conectado a um SIG. Os dados serão analisados quanto a erros e inconsistências de topologia, garantindo que todas as informações sejam consistentes e estejam conforme a projeção geográfica e o sistema de referência.

2.2.2 Revisão e atualização das poligonais apresentando novos mapeamentos a escala de detalhamento compatível, nos casos requeridos

Uma vez coletadas as informações necessárias e organizada a base de dados geográfica, serão atualizadas as poligonais apresentando novos mapeamentos a escala de detalhamento compatível, nos casos requeridos. A revisão e atualização considerará a possibilidade de ampliação, redução ou manutenção da poligonal original.

2.2.3 Identificação de lacunas de informação para planejar o levantamento de dados primários

Com base nessa análise, serão identificadas lacunas de informações para os dois Parques Marinhos em estudo. Essas lacunas serão usadas para planejar o trabalho de campo.

2.2.4 Elaboração dos relatórios de análise e sistematização das informações secundárias, formulando um diagnóstico das documentações e procedimentos necessários para a criação da UC do PNMMCMCB a constituição dos planos de manejo

A tarefa final desta atividade será produzir um relatório das informações coletadas por meio de fontes secundárias. Esse relatório pode incluir uma descrição das características naturais, biofísicas, culturais e sociais, bem como as ameaças e os problemas identificados em cada um dos Parques Marinhos. Ele também incluirá as lacunas identificadas no processo de análise e os principais objetivos definidos para o trabalho de campo.

Atividade 2.3 Levantamento de informações primárias para o diagnóstico atualizado dos PM

Depois que as fontes secundárias de informação forem analisadas, a próxima atividade será a coleta de informações primárias por meio de processos participativos e visitas de campo.

2.3.1 Oficina de Diagnóstico Participativo (ODP)

2.3.1.1. Mapeamento e seleção de atores sociais, para participação nas Oficinas de Diagnóstico Participativo

Durante as primeiras semanas do projeto, a Equipe de Consultores trabalhará na identificação das partes interessadas por meio de fontes secundárias e discussões com os parceiros e contrapartes do projeto, a fim de obter uma lista completa que será enviada para validação.

Embora, compreende-se que para o PNMM Cavalinho da Cidade Baixa, o Grupo de Trabalho e para o PNMM da Barra, o Conselho Gestor constituído e empossado, já se configuram como grupos representativos dos setores sociais com representantes do Poder Público, Sociedade Civil Organizada e Iniciativa Privada. Sendo, portanto, estes grupos considerados prioritários para as ODP.

Serão acrescentados a lista de contatos, representantes de grupos ou indivíduos que demonstrem relevância a construção do Plano de Manejo, havendo especial atenção a lideranças femininas e de grupos tradicionais e/ou diretamente afetados pela constituição e zoneamento das UCs.

Salienta-se que a prioridade à inclusão de mulheres se dá pela importância da representatividade para um equilíbrio de gênero nas ações de consulta pública.

Uma MATRIZ de partes interessadas será desenvolvida para analisar todas as partes interessadas atualmente envolvidas no projeto. As partes interessadas serão inicialmente categorizadas de acordo com seu tipo e função:

- TIPO: Categorização em público, privado, sociedade civil, academia, proprietários de recursos, entre outros.
- ESCOPO: Categorização em organizações nacionais, regionais, locais e internacionais (multilaterais).
- PAPEL: Categorização conforme os setores. Será adicionada uma breve descrição das atividades exatas dos atores e sua posição de poder no respectivo setor.

Uma vez que as partes interessadas tenham sido compiladas em uma matriz, os consultores realizarão uma análise para elaborar a Matriz de representantes de maior relevância e importância para o sucesso do projeto. Deverão ser definidos até 30 representantes por Unidade de Conservação.

2.3.1.2. Reunião de Planejamento e organização das oficinas

Será realizada **uma reunião**. Com a finalidade de apresentar de forma detalhada e exemplificada a metodologia da ODP aos técnicos do Poder público municipal que acompanham diretamente o projeto de criação dos planos de manejos dos Parques Naturais Municipais Marinhos. Esta reunião pode ocorrer em modalidade presencial em Salvador ou virtual.

Essa reunião também determinará a data, o local e a relação dos participantes das ODS. Além disso, será alcançado um consenso sobre como convocar e mobilizar a população.

Idealmente esta reunião deve ocorrer no local definido para a realização da ODP para que seja demonstrado todos os processos e seus recursos metodológicos.

A equipe de consultores preparará um documento com os tópicos das ações a serem realizadas na ODP com breves descrições de cada ação. Este documento tem a finalidade de orientar o processo dos técnicos participantes da reunião.

Esse documento conterá:

- Definição dos objetivos e do escopo.
- Regras organizacionais e logísticas para a oficina.
- Definição do processo de convocação e da lista de participantes.
- Os materiais e meios disponíveis para a oficina.
- O formato da oficina (presencial, digital ou híbrido).
- Tópicos das etapas da ODP.

Recomenda-se que as reuniões tenham como participantes os consultores e técnicos da contratante diretamente envolvidos com o Projeto, visando assim apresentar o processo de forma objetiva. Um número excessivo de participantes deve ser evitado, pois isso prolongaria e pode enviesar o objetivo da reunião.

Ao final desta reunião espera-se:

- 1- Que tenha sido consolidada a metodologia para a ODP.
- 2- Que tenha sido aprovada a lista de participantes da ODP.
- 3- Que tenha sido aprovada a metodologia e logística de mobilização dos participantes da ODP.
- 4- Que tenha sido definido o Local, Horário e dia da ODP

2.3.1.3. Mobilização ODP (Barra e Cidade Baixa)

O processo de mobilização social tem como principal objetivo não apenas possibilitar um quantitativo dos públicos e interesse para as ações de participação social propostas, bem como, uma segmentação e qualificação deste público, esta forma, deve possibilitar que haja uma diversidade do público⁵ gerando resultados que contemplem as características de cada UC.

Os objetivos específicos deste processo são: identificar os diversos atores sociais que se relacionam direta ou indiretamente com cada uma das UCs, sensibilizar estes atores sociais

⁵ Esta diversidade está relacionada ao público diretamente relacionado a UC, seus usos e convívio.

mediante comunicações diretas ou indiretas, buscar formas assertivas de acionar os grupos e seus representantes sociais.

A fim de otimizar a produtividade da oficina, um resumo básico e sintético das informações a serem discutidas na oficina será enviado aos participantes juntamente com a convocação, que ocorrerá com pelo menos uma semana de antecedência.

O aviso deve conter as seguintes informações:

- Local e data da reunião.
- Informações gerais sobre a atividade.
- Procedimento para confirmação de presença.
- Informações sobre o assunto a ser discutido.

A escolha do dia e do horário do encontro também deve tentar incentivar o máximo de participação, levando em conta os horários e as necessidades de setores como o de pesca, que não têm a mesma disponibilidade. A duração máxima da oficina será de 4 horas, embora possa ser mais curta, dependendo dos objetivos da oficina.

Se não for possível realizar a oficina presencialmente, ela será realizada digitalmente usando ferramentas como o Zoom Professional, que permite que a sessão seja dividida em salas, se necessário, e a apresentação de "quadros brancos interativos" (*jamboards*), que são muito úteis para incentivar a participação ativa dos participantes. No entanto, a oficina será presencial ou *on-line*, sem a possibilidade de ser híbrida.

2.3.1.4. Preparação de materiais para as oficinas, mapas para mapeamento participativo, matrizes de opinião, mapas de ideias, etc.

Uma variedade de materiais será usada durante a oficina. Os materiais e a mídia usados serão fornecidos pela equipe de consultores, incluindo:

- Laptop/mídia digital para compartilhamento de informações e recursos visuais.
- Projetor para apresentações no local (se necessário).
- Kits de conexão adicionais.
- Materiais de escrita para todos os participantes (como mapas, quadros, cartões, *post-its*, etc.).
- Materiais como quadro branco e marcador ou cartões adesivos para coletar informações do grupo.
- Câmera ou telefone para tirar fotos da oficina.
- Modelos de atas, listas de presença e relatórios.

2.3.1.5. Realização da Oficina de Diagnóstico (preparação, logística e realização)

Objetivo

O objetivo das oficinas participativas é reunir informações de qualidade dos diferentes setores envolvidos nos PMs, bem como a realização de um pré-zoneamento participativo. Isso facilitará

a tomada de decisões para o planejamento de ações, com base na definição de uma visão comum, na análise de restrições, desafios e necessidades setoriais, na identificação de lacunas e na troca de conhecimentos com base em experiências bem-sucedidas realizadas.

Público-alvo

O público-alvo das oficinas participativas serão as partes interessadas relevantes, de instituições públicas e privadas com capacidade de tomada de decisão e especialistas e/ou profissionais relacionados a cada um dos Parques Marinhos.

Local e data

O local deve ser um espaço confortável e adequado para o trabalho a ser realizado (iluminação, mobília, equipamento audiovisual, etc.), de fácil acesso para todos os participantes e com espaço suficiente para trabalho simultâneo em grupo.

Ações

A organização da oficina está resumida a seguir:

- Duração: a duração estimada da oficina é de 4 horas. A duração final será conforme apresentada e aprovada metodologia ao cliente na reunião de planejamento.
- Número máximo de participantes: propõe-se um máximo de 30 participantes para facilitar o desenvolvimento correto da oficina e garantir a participação de todos os participantes, conforme apresentada e aprovada metodologia ao cliente na reunião de planejamento.
- Convocação: enviando um e-mail e/ou telefonema para cada um dos atores-chave identificados e selecionados pelo menos duas semanas antes da oficina.
- Refeição: água, café e lanche serão oferecidos aos participantes.

A sessão será moderada por um especialista da equipe de consultoria, que fará perguntas e dará a palavra a cada participante. Durante a discussão, o facilitador deverá:

- ✓ Manter o foco nos objetivos definidos.
- ✓ Ficar atento ao que os participantes dizem e fazem.
- ✓ Detectar informações que possam ser interessantes para a pesquisa.
- ✓ Manter o ritmo da sessão, tornando-a dinâmica da maneira correta.
- ✓ Garantir que todos participem e que não sejam apenas alguns informantes que monopolizem a atenção ou acabem tendo muita influência sobre os demais.

A oficina seguirá uma estrutura em que haverá uma primeira fase de apresentação e introdução, uma segunda fase de trabalho em grupo e, por fim, uma fase final de conclusões e encerramento em que serão apresentadas as contribuições de ajuste e validação.

Ao final da oficina, a equipe de consultores será responsável pela análise e interpretação das informações com base nas conclusões tiradas da avaliação participativa das propostas.



Oficinas organizadas pela equipe de consultoria para missões semelhantes.

2.3.2 Levantamentos de Campo para compilação de dados primários obtidos por observação direta

2.3.2.1. Preparar um protocolo e materiais como fichas de coleta de dados para verificar as informações obtidas no processo prévio de análise

A equipe de consultoria técnica preparará os materiais de trabalho de campo. Nessa fase, serão elaboradas as planilhas de coleta de dados de campo.

2.3.2.2. Planejamento da visita e organização de entrevistas e reuniões com atores-chave do território, ligados às Ucs

A equipe de consultores planejará a missão de campo sugerindo um cronograma e um plano para o levantamento de dados primários. Esse plano será fornecido ao cliente antes do início da missão, a fim de obter feedback e otimizar o trabalho de campo.

2.3.2.3. Recolher informações primárias: ambiente antrópico e social, e ambiente biótico/abiótico.

O objetivo desta atividade é completar a informação e dados necessários para realizar o diagnóstico do estado de partida de cada uma das UCs. Esta informação permitirá conhecer a situação de partida de cada UC: seus valores naturais, culturais e socioeconômicos, infraestruturas existentes, atividades realizadas em cada uma delas, processos de degradação ambiental, etc. Isto permitirá conhecer as problemáticas, os riscos, as ameaças, as vulnerabilidades, como também as oportunidades atualmente existentes para o desenvolvimento sustentável das UCs e desenhar medidas adequadas para garantir a conservação e a qualidade de vida das populações locais.

Levantamento de dados primários do meio físico e biótico

Será realizada uma visita de reconhecimento preliminar das áreas, para atualização de informações e caracterização da área; com foco nos problemas, características ambientais relevantes, ameaças e fragilidades que afetam a cada Parque Marinho, assim como nas oportunidades identificadas para melhora da ocupação do espaço marinho e do manejo dos recursos marinhos.

Será realizada uma análise paisagística, com levantamento primário em visitas in loco, que permite conhecer as estruturas formadoras da paisagem, estudar suas propriedades, sua história de desenvolvimento, seus processos de formação e transformação, como sistemas manejáveis e administráveis. Nesta caracterização, ecossistemas-chave serão identificados e suas principais relações com o ambiente antrópico serão descritas.

Levantamento de dados primários do meio antrópico

Socioeconômico e socioambiental

Com o intuito de obter uma percepção dos Parques e seus entornos imediatos, verifica-se a necessidade de realizar uma visita técnica de reconhecimento destas áreas. O consultor deverá realizar esta visita com o intuito de compreender e contextualizar os aspectos sociais destes espaços.

Não se espera que esta visita resulte em uma etnografia ou diagnóstico específico e sim que sirva de parâmetro para as informações e dados que irão consolidar o ideário destes Parques, confrontando estas informações, simbólicos e percepções iniciais com os dados secundários e primários.

Estas visitas podem ser realizadas com um dos membros do Grupo de Estudo ou Conselho Gestor de cada UC a fim de ciceronear o consultor qualificando informações relacionadas ao espaço. Durante estas visitas podem ser realizadas entrevistas não estruturadas com atores sociais em seus espaços de uso das UCs. Serão realizados registros fotográficos datados e georreferenciados para compor as apresentações e diagnósticos dos referidos Parques.

Destaca-se a possibilidade, que, durante esta atividade, sejam realizados deslocamentos embarcados na área da UC para um conhecimento direto e presencial da área e seus aspectos e usos. Serão utilizados equipamentos de proteção individual (EPIs) para a equipe conforme apresenta Tabela 3.

Tabela 3. EPI para atividade de campo.

Descrição do EPI	Tipo
Protetor solar	Fator 30
Repelente	
Colete reflexivo tipo X	
Boné	Proteção UV
Camisa manga longa	Proteção UV

Atividade 2.4 Zoneamento ecológico econômico (ZEE) dos Parques Marinhos

Com base na **informação do diagnóstico** será elaborada a proposta para o zoneamento dos PMs. O zoneamento dos PMs será realizado baseado no Roteiro Metodológico de Planejamento para as UCs (ICMBIO) e no Roteiro Metodológico do para a elaboração dos Planes de Manejo Participativo das UC Federais (ICMBio).

2.4.1 Revisão da delimitação dos PMs e a proposta de zona de amortecimento considerando os novos insumos e dados primários e as atividades que ocorrem atualmente nos Parques e no entorno

Para a elaboração do zoneamento a proposta atenderá ao Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Estado de Bahia complementado com o pré-zoneamento participativo elaborado durante a elaboração do Diagnóstico Socioambiental das UC e as Oficinas de Diagnóstico Participativo.

Outras bases de dados geográficas a consultar o levantamento de informações georreferenciadas úteis para a definição do zoneamento dos PMs incluem as seguintes bases de dados de uso corrente:

- ✓ Diretoria de Serviço Geográfico do Exército (DSG)
- ✓ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- ✓ *Base cartográfica do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) da Bahia.*
- ✓ Portal SIERCO do Ministério de Meio Ambiente, sobre informação geográfica Costeira.
- ✓ Serviço Geológico do Brasil (CPRM)
- ✓ Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA)
- ✓ Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR).
- ✓ *Infraestrutura de Dados Espaciais do Brasil (INDE).*
- ✓ Ministério de Meio Ambiente do Brasil (MMA).
- ✓ Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA)
- ✓ Registro Geral da Atividade Pesqueira no Brasil (RGP)
- ✓ Serviço Geológico do Brasil (CPRM).
- ✓ *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (INPE).*
- ✓ *Sistema Ibero-americano de informação sobre o Água (SIAGUA)*
- ✓ Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000).
- ✓ Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SCIG) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

O levantamento de dados será feito através de um **receptor GNSS geodésico de alta precisão** com as seguintes características técnicas: capacidade para rastreamento de sinais em duas frequências (L1/L2), precisão horizontal 5-10 mm, e 0,01-1 ppm e precisão vertical 10-20 mm (0,5 a 1,5 ppm para pós-processado). A técnica para o levantamento de dados seguirá as orientações da Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais (NTGIR) do INCRA, na edição mais recente, o qual atualmente é a terceira edição (2013). Os dados serão trabalhados por meio dos programas e aplicativos de geoprocessamento dos sistemas ArcGIS Desktop e QGIS

de código livre, e detalhados caso a caso segundo as escalas disponíveis.

2.4.2 Zoneamento ecológico econômico (ZEE) das atividades que ocorrem atualmente nos PM e entorno e identificar informações necessário completar nas seguintes etapas do plano de manejo

Com base no diagnóstico das áreas consolidara-se uma **Proposta Única de Zoneamento** que será entregue junto com os Relatórios Parciais produzidos como resultado da elaboração dos Planos de Manejo.

O Zoneamento dos PMs será estabelecido de acordo com a distribuição no espaço de valores-chave para a conservação e o desenvolvimento sustentável. Desta forma, serão definidos setores ou zonas, dentro das áreas protegidas e na sua área de influência, às quais serão atribuídas **diretrizes específicas de uso e conservação**. Assim, o Zoneamento proporcionará a base territorial para que os objetivos, metas e princípios do Planejamento possam ser alcançados de forma integrada e eficaz.

O **procedimento técnico-operacional para o Zoneamento dos PMs** seguirá as diretrizes do *Roteiro Metodológico de Planejamento para as UCs do ICMBIO*, segundo a tabela a seguir.

Tabela 4. Procedimento técnico-operacional para o Zoneamento dos PMs.

REQUERIMENTO	PROCESSO
Elaboração de Planos de Manejo <ul style="list-style-type: none">● Parque Natural Marinho Municipal da Barra● Parque Natural Marinho Municipal Cavalão Marinho da Cidade Baixa	a) Organizar o zoneamento do PM segundo os critérios apresentados na estratégia de execução, incluindo a Zona de Amortecimento. b) Elaborar mapas com as Zonas Internas e mapa com a Zona de Amortecimento, em escalas apropriadas, seguindo orientação sobre cartografia constante. c) Apresentar, para cada zona estabelecida, os seguintes itens: definição da zona; objetivo geral; objetivos específicos; normas das zonas e descrição aproximada dos seus limites.

As zonas de manejo devem identificar as necessidades cruciais para a proteção dos recursos e valores fundamentais e expressar adequadamente os diferentes graus de intervenção presentes na UC, conforme estabelece o ICMBio em sua publicação *Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais* (ICMBio, 2018).

O zoneamento de uma Uc deve:

- Proporcionar variedade de condições de recursos e experiências ao visitante, conforme a finalidade da UC e as características dos diferentes ambientes e especialmente de seus recursos e valores fundamentais.
- Proporcionar o uso racional e sustentável dos recursos naturais da UC, ao definir áreas com diferentes tipos de uso e conservação nas UCs de uso sustentável.

- Refletir decisões para determinados valores e recursos que exigem manejo especial em áreas específicas da UC, especialmente aqueles que necessitam de maior grau de proteção para sua manutenção ou recuperação.
- Considerar a relação entre a conservação e o uso dos recursos e valores da UC e as experiências dos visitantes em zonas adjacentes e em áreas fora dos limites da UC.
- Ser prescritivo, em vez de descritivo. Em outras palavras, um plano de manejo pode zonar uma área porque é importante manter as condições existentes ou pode zonar a área para iniciar um afastamento radical do que existe atualmente em termos de como uma área é usada ou manejada.

As UCs da Barra e da Cidade Baixa são classificadas como de Proteção Integral e seu zoneamento deve ser estabelecido conforme o quadro abaixo.

PARQUE NACIONAL/PARQUE NATURAL	
ZONA TIPO	ZONEAMENTO
Zona de baixa intervenção	Zona de Preservação
	Zona de Conservação
Zonas com média intervenção	Zona de Uso Moderado
Zonas com alto grau de intervenção	Zona de Infraestrutura
Zonas com usos diferenciados	Zona de Sobreposição Territorial
	Zona de Diferentes Interesses Públicos
	Zona de Adequação Ambiental
	Zona de Uso Divergente

Fonte: Roteiro Metodológico/ICBio, 2018.

2.4.3 Elaboração da cartografia de delimitação e ZEE atualizada dos Parques

As cartas serão apresentadas em **PDF e versão editável** QGIS ou MXD de ArcGIS Desktop segundo o sistema preferido pelo cliente. Além dos mapas editados e preparados para impressão ou divulgação, todos os dados vectoriais e *raster* gerados como resultado do zoneamento serão fornecidos em formato *shapefiles* organizados em arquivos independentes para cada PM, e com os metadados completos, organizados em um **Banco de Dados Georreferenciados (GDB)**. Os dados incluirão os polígonos que definem as zonas interiores de cada PM e a Zona de Amortecimento, bem como os parâmetros empregados no processo de zoneamento (levantamentos biótico/abiótico, presença de comunidades locais, lugares de valor cultural e natural, etc.).

A equipe entregará, com as cartas, um **Memorial Descritivo do Levantamento**, contendo as coordenadas UTM, azimutes e distâncias entre cada um dos vértices do PM. Cada uma das áreas identificadas será descrita com relação ao seu estado de conservação, valor ecológico, participação em processos-chave, localização e extensão dos recursos e valores naturais e culturais presentes, bem como a localização dos impactos ambientais e as áreas degradadas que

precisam ações de restauração ambiental, refletindo as projeções de uso e ocupação previstas, com base no diagnóstico e análise das informações realizado. Os seguintes mapas vão compor esta etapa: mapa de localização, mapa de usos antrópicos, mapa com localização de naufrágios e outros componentes culturais.

2.5 Elaboração dos relatórios dos Diagnósticos Socioambientais

Após a coleta das informações primárias e a análise das informações secundárias, a equipe de consultoria preparará os relatórios de diagnóstico, que incluirão a caracterização do ambiente físico (clima, hidrografia, hidrologia, geologia, etc.), biótico (vegetação, fauna, etc.) e antrópico (população, matriz social, institucional, patrimônio, incêndios e impactos do uso humano, etc.).

Além disso, o relatório deve incluir uma série de anexos que detalham, entre outros aspectos, o listado de espécies, fontes de dados, mapeamentos, etc. Um exemplo de um índice para diagnóstico poderia ser o seguinte:

1. Introdução

- 1.1. Objetivos do Diagnóstico
- 1.2. Metodologia e Ferramentas de Avaliação

2. Avaliação dos Componentes Físicos

- 2.1. Caracterização da Área Geográfica
- 2.2. Condições Climáticas e Oceanográficas
- 2.3. Ecossistemas Marinhos: Tipos e Distribuição
- 2.4. Recursos Hídricos e Qualidade da Água

3. Avaliação dos Componentes Bióticos

- 3.1. Biodiversidade Marinha: Flora e Fauna
- 3.2. Habitats Críticos e Espécies-Chave
- 3.3. Avaliação da Saúde dos Ecossistemas
- 3.4. Ameaças à Biodiversidade e Conservação

4. Avaliação dos Componentes Antrópicos

- 4.1. Atividades Humanas e seu Impacto nos Ecossistemas Marinhos
- 4.2. Uso de Recursos Naturais e Práticas de Pesca
- 4.3. Desenvolvimento Turístico e seu Impacto Ambiental
- 4.4. Comunidades Locais: Uso do Território e Dependência dos Recursos

5. Análise de Ameaças e Vulnerabilidades

- 5.1. Identificação de Ameaças Naturais e Antrópicas
- 5.2. Vulnerabilidade dos Ecossistemas e Espécies

6. Avaliação da Legislação e Políticas Vigentes

- 6.1. Marcos Legais e Normativos Existentes
- 6.2. Análise da Eficácia das Políticas Atuais

7. Síntese do Diagnóstico e Recomendações Preliminares

- 7.1. Resumo das Principais Descobertas
- 7.2. Recomendações para Gestão e Conservação

8. Anexos

ETAPA 3. ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO E PROGRAMA DE GESTÃO PARA OS PARQUES MARINHOS

Nesta etapa serão elaborados os **Planos de Manejo dos 2 Parques Marinhos**: (i) Parque Marinho do Cavalo Marinho da Cidade Baixa, e (ii) Parque Natural Municipal Marinho da Barra.

Para tanto, a elaboração dos Planos de Manejo dos PMs alcançará toda a região de abrangência de suas respectivas poligonais, inclusive as zonas de amortecimento e corredores ecológicos, considerando o disposto no Art. 25 da Lei Federal 9.985/2000.

Essa etapa inclui a elaboração e aplicação de metodologias e estratégias para a realização das Oficinas de Planejamento Participativo (OPP).

A participação social na gestão de UCs se orienta junto a legislação brasileira, especialmente na Lei nº 9.985/2000 (SNUC), no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (Decreto nº 5.758/2006) e na Política Nacional de Participação Social (Decreto nº 8.243/2014). Em relação ao processo de elaboração e revisão dos planos de manejo, a IN nº 07/2017 também coloca a necessidade de participação social entre as diretrizes para elaboração do plano de manejo.



PRODUTOS:

- ✓ **P4.1 Relatório das Oficinas para elaboração da minuta do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Marinho da Barra e definição do zoneamento ecológico.**
- ✓ **P4.2 Relatório das oficinas para elaboração da minuta do Plano de Manejo do Parque Marinho do Cavalo Marinho da Cidade Baixa e definição do zoneamento ecológico.**
- ✓ **P5.1 – Relatório e minuta do Programa de gestão do Parque Natural Municipal Marinho da Barra e definição do zoneamento dos usos a serem permitidos na área do Parque e na sua zona de amortecimento.**
- ✓ **P5.2 Relatório e minuta do Programa de gestão do Parque Marinho do Cavalo Marinho da Cidade Baixa e definição do zoneamento dos usos a serem permitidos na área do Parque e na sua zona de amortecimento.**

Atividade 3.1 Elaboração das Guias do Participante

A elaboração do guia do participante é uma etapa da preparação dos subsídios para a Oficina de Planejamento Participativo e é **entregue a todos os participantes em formato digital, com antecedência de uma semana da primeira reunião da OPP**. Este é um material pedagógico e segue o padrão do ICMBio.

O Guia do Participante deve conter a agenda (programação) resumida da oficina, ficha técnica e mapa de localização da UC, o objetivo da oficina, os elementos do plano de manejo e sua relação, bem como, em detalhe, o conceito de cada elemento.

A guia contém, ainda, referências bibliográficas e os anexos, que incluem a caracterização e o resumo de gestão da UC, além de outros documentos importantes.

Cada elemento do plano de manejo é detalhado, contendo a definição, quadro explicativo das melhores práticas para o desenvolvimento do exercício, e outro com a lista dos exercícios a serem desenvolvidos pelos participantes.

São previsíveis ajustes e alterações na ordem dos exercícios e em algumas dinâmicas de construção de cada elemento do plano de manejo, mas desde que não alterem a lógica do exercício como um todo.

Cada elemento contém ainda exemplos desenvolvidos por outras UCs e os subsídios que auxiliarão na construção dos elementos durante a oficina.

Para fazer isso, nossa equipe garantirá que o Guia contenha pelo menos os seguintes elementos:

- ✓ Agenda (programação) resumida da oficina;
- ✓ Ficha técnica e mapa de localização da UC;
- ✓ Objetivo da oficina;
- ✓ Elementos do plano de manejo e sua relação e descrição de cada elemento. (Propósito, Significância, Recursos e Valores Fundamentais, avaliação e necessidade de planejamentos e Zoneamento);
- ✓ Referências bibliográficas e anexos (caracterização e o resumo de gestão da UC e outros documentos importantes como o mapa da UC, a descrição dos limites a o decreto de criação, motivação e impactos detectados);

Este Guia será preparado pela equipe de consultores antes da oficina e será enviado aos participantes durante a fase de convocação e mobilização. Nossa equipe buscará o cuidado na atenção aos detalhes para a elaboração deste Guia, incluindo créditos institucionais e autores de todas as referências e documentos utilizados.

Atividade 3.2. Oficinas de Planejamento Participativo (OPP) dos Parques Marinhos (2 por UC)

O objetivo desta etapa é realizar às Oficinas de Planejamento Participativo, com a participação dos atores sociais identificados nas mobilizações, por parceiros e pela base de dados dos atores e instituições que atuam na área de estudo, visando realizar a análise situacional dos Parques e iniciar a construção do seu modelo conceitual. As oficinas são espaços democráticos que buscam promover uma interação ampla entre os principais interessados no bem público, seus moradores, frequentadores e aqueles que vivem de forma direta ou indireta daquele espaço.

Serão realizadas duas OPP por UC, “observados os princípios da economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e participação social, para o aperfeiçoamento sistemático da gestão” (ICMBio, IN n.º 7/2017), com a finalidade de promover a participação social, principalmente para: apresentação dos componentes fundamentais e dinâmicos da UC, previamente estabelecidos; discussão e construção dos componentes normativos da UC, baseados (e quando necessário adaptado) do Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo

das Unidades de Conservação Federais, elaborado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio, 2018).

Os momentos de participação, possuem diversos objetivos como: informar, consultar, envolver ou atuar de forma colaborativa para a construção coletiva dos elementos do plano de manejo. A participação social é uma ferramenta crucial para a definição do Plano de Manejo, conforme reafirma o Roteiro Metodológico de criação e revisão do plano de manejo.

3.2.1. Reunião de Planejamento das oficinas

A equipe de consultores se reunirá com os tomadores de decisão relevantes para planejar as oficinas de planejamento participativo a serem realizadas. Essa reunião determinará a data, o local, a lista de participantes e as metodologias a serem implementadas na oficina. Além disso, será alcançado um consenso sobre como convocar e mobilizar a população.

O objetivo é mobilizar diferentes atores sociais para participação no planejamento dos Parques Marinhos, identificar suas relações com a UC e mapear atores-chave para as Oficinas de Planejamento Participativo (OPP). As Oficinas de Planejamento devem contar com a participação de lideranças locais identificadas nas etapas anteriores, pesquisadores, dentre outros; e no qual serão realizadas as atividades de levantamento de dados e informações sobre a área de estudo. A Oficina deve ser planejada para atender ao número de participantes identificados pela contratada conforme a realidade local.

As oficinas de cada UC acontecem separadamente. O local escolhido para a reunião deve ser próximo a UC o que necessariamente determina uma proximidade dos públicos interessados e envolvidos no processo. Deve ser estruturado fisicamente para dar conforto aos participantes, com banheiros, boa acústica e acessibilidade.

3.2.2. Mobilização OPP (Cidade Baixa + Barra)

O processo de mobilização social tem como principal objetivo não apenas possibilitar um quantitativo dos públicos e interesse para as ações de participação social propostas, bem como, uma segmentação e qualificação deste público, esta forma, deve possibilitar que haja uma diversidade do público gerando resultados que contemplem as características de cada UC.

Os objetivos específicos deste processo são: identificar os diversos atores sociais que se relacionam direta ou indiretamente com cada uma das UCs, sensibilizar estes atores sociais através de comunicações diretas ou indiretas, buscar formas assertivas de acionar os grupos e seus representantes sociais.

O envio do convite deve estar acompanhado da programação detalhada da oficina e do Guia do Participante em meio eletrônico. Serão utilizadas estratégias sociais qualificadas em ambas UC. Para o Parque Natural Municipal Marinho da Barra entende-se como grupo representativo qualificado todos os que compõem o Conselho Gestor, e do Parque Natural Marinho Municipal do Cavalo Marinho da Cidade Baixa o Grupo de Trabalho, em ambos os casos acrescenta-se a participação de representantes da UFBA, UNEB, Secretaria de Meio ambiente de Salvador,

Polícia ambiental, Marinha do Brasil e qualquer outro indivíduo ou representante indicado pelos participantes como relevantes para a construção do Plano de Manejo⁶.

Esta etapa se dará no período de uma semana, em período de no mínimo duas semanas antes da data programada para a realização da OPP. Nesta ação os técnicos irão entrar em contato com os principais atores sociais, já identificados durante a atividade de levantamento de campo e organizados em uma lista com nome, contato, representação social e observações pertinentes.

A reunião deverá ser amplamente divulgada, com antecedência mínima de 10 dias, através do site e redes sociais da Secretaria de Sustentabilidade, Resiliência e Bem-estar e Proteção Ambiental. Esta publicação levará a um site em que o interessado poderá fazer a inscrição (google forms). Deixando claro que há disponibilidade de 30 vagas para cada UC.

Para sua realização, será priorizado local de fácil acesso e arejado. Para obter a participação social é importante que as lideranças locais, os moradores e representantes de instituições convidadas se sintam sensibilizados e interessados em relação à atividade. As apresentações devem utilizar linguagem de fácil assimilação.

Estes meios serão espaços de envio de comunicados (convites) que devem conter inicialmente as seguintes informações:

PERGUNTA CHAVE	CONTEÚDO ESPERADO
O que?	Resumo da ação
Quando?	Data e hora do encontro
Onde?	Local da atividade
Quem?	Quem pode participar
Quanto?	Informar que é gratuito
Contatos e dúvidas e cadastro para a reunião	Informar contato para tirar dúvidas e para que os interessados façam uma inscrição prévia.

3.2.3. Preparação de materiais para as oficinas, mapas para mapeamento participativo, matrizes de opinião, mapas de ideias, etc.

A equipe de consultores elaborará os materiais a serem usados nas OPP, incluindo mapas ou painéis para facilitar o trabalho participativo. Além disso, os participantes receberão todos os materiais necessários para o trabalho em grupo (fotos, materiais de escrita, etc.). Todos os materiais serão previamente aprovados pelo contratante e por outros órgãos municipais relevantes.

3.2.4. Realização das Oficinas de Planejamento (preparação, logística e realização)

A equipe de consultores finalizará os preparativos logísticos para as oficinas, definindo a data, o local, os participantes e as metodologias a serem implementadas. Haverá **dois OPP em cada UC**, cada um com cerca de **30 participantes**.

⁶ Estas indicações complementares serão definidas durante o levantamento de dados primários.

A quantidade de horas/encontros necessários para o desenvolvimento das OPP foram adaptados levando em conta o cronograma do Projeto e sua data final. Sendo assim adaptado para conferir celeridade ao processo.

Duração: a duração de cada OPP será de aproximadamente um dia (4 a 5 horas). O espaço, as instalações e os participantes devem ser reservados com bastante antecedência para evitar períodos críticos para os participantes, lembrando que eles terão de participar em tempo integral.

Os horários das atividades (início e fim) devem obedecer ao que melhor se adequar ao cronograma e ao público, portanto é imprescindível a consulta dos participantes para que a atividade os acolha o maior número possível dos participantes dos grupos citados, respeitando suas dinâmicas sociais.

Local: deve ser uma sala que possa acomodar todos os participantes sentados em formato semicircular, de preferência com um suporte para escrever, equipamento de apoio, equipamento de moderação, uma mesa grande para todos os materiais, iluminação e ventilação adequadas e, se possível, paredes livres para pendurar os painéis produzidos durante a oficina. Além da sala grande para a plenária, é necessário que o local disponha de outros espaços para o trabalho em grupos menores, sendo que, em geral, os participantes são divididos em quatro grupos de trabalho.

Alimentação: Nestes encontros serão servidos lanches e refeições aos participantes. As restrições alimentares devem ser conhecidas e tratadas com antecedência pelo organizador da oficina. Para esse fim, uma pergunta será incluída no convite.

As reuniões deverão ocorrer de forma presencial. Caso haja restrições para realizar as reuniões presenciais impostas pelas autoridades devido a algum cenário de pandemia, os trabalhos deverão ficar temporariamente suspensos ou ser realizado de forma virtual, caso seja definido com a Contratante Organizar, promover e mobilizar os atores locais para Oficina, envolvendo os principais grupos sociais (instituições públicas, organizações não governamentais, lideranças locais, pesquisadores, associações de moradores, entre outros) relacionados aos objetivos do Plano de Manejo dos Parques Marinhos.

Recursos metodológicos e equipamentos:

- Será utilizada uma apresentação em PPT;
- O evento terá projetor multimídia (Datashow) e telão;
- Quando necessário, caixa de som e microfone;
- Duas unidades do Guia do participante impressa para consulta;
- Mapa da UC impresso (A2);
- Duas unidades dos Diagnósticos elaborados impressa (de forma reduzida e em linguagem adequada ao público);
- Todo Processo será mediado por profissional com experiência em mediação popular e utilizará linguagem acessível e clara.

Será registrado tudo o que foi discutido e os resultados obtidos durante a oficina, e será elaborado um relatório detalhado que refletirá as conclusões e propostas resultantes.

O quadro a seguir é uma proposta que deve necessariamente se adequar a realidade local.

Quadro 3. Proposta de conteúdo programático OPP 1.

AÇÃO	OBJETIVO	TEMPO
Boas-Vindas (apresentações da equipe) e empresas	Recepcionar os participantes e identificação da equipe e empresas.	10 min
Apresentação dos presentes	Conhecer as representações presentes	20 min
o que é um plano de manejo e os objetivos do encontro (apresentação dos tópicos do dia)	Alinhar o entendimento do objetivo do encontro (contribuir para a construção participativa do Plano de Manejo)	15 min
Breve histórico da UC até aquele momento (grupo)	Um dos presentes irá fazer um relato de como surgiu a necessidade de se constituir uma Unidade de Conservação, quais suas dificuldades e avanços até o momento (qual o objetivo da criação do Parque)	30 min
Apresentação resumida dos aspectos Físicos, Bióticos e Antrópicos (socioeconomia e arqueológica, histórica e cultural)	Apresentar resumos dos Diagnósticos Físico, Biótico e Antrópico.	45 min
Elaboração do propósito do Parque	Elaborar em grupos e depois em plenária, propostas do Propósito de existência da UC	60 min
Elaboração das declarações de significância do Parque	Elaborar em grupos e depois em plenária, as declarações de significância da UC	60 min
Elaboração dos Recursos e Valores Fundamentais	Elaborar em grupos e depois em plenária, os principais recursos e valores fundamentais da UC	60 min

A segunda reunião OPP deverá ocorrer com o mesmo público e local da Primeira OPP, com a finalidade de construir o entendimento do Plano de Manejo de forma mais objetiva e qualificada. A segunda OPP deve ter as seguintes etapas:

Quadro 4. Proposta de conteúdo programático OPP 2.

AÇÃO	OBJETIVO	TEMPO
Boas-Vindas. (Apresentação da equipe, dos presentes)	Apresentação da equipe, dos presentes	15
Apresentação dos tópicos do dia e o objetivo	Informar o que será realizado neste encontro (quais as etapas)	10
Rever o que foi construído no último encontro	Realizar leitura de tudo construído no encontro anterior e se houver alguma sugestão de alteração já pode ser feita	20
Mapa de usos atuais (do espaço da UC e de convergência (conflito com o propósito da UC)	Em grupos e depois em plenária, os participantes devem apontar em um mapa da UC (A2) os atuais usos ordinários e ocasionais os que estão coadunados e os que necessitam de regulação e controle.	40
Mapa do futuro (usos e conflitos a curto médio e longo prazo)	Em grupos e depois em plenária, os participantes devem apontar em um mapa da UC (A2) devem apontar quais os conflitos que podem existir no prazo curto (0 a 5 anos), médio (6 a 10 anos) e longo (acima de 10 anos) como podem ser evitados, controlados ou mitigados	60
Proposta de Zoneamentos	Em grupos e depois em plenária, os participantes devem apontar em um mapa da UC (A2). As sugestões de zoneamentos (ZA e demais zonas) justificando cada uma com base no Roteiro metodológico do ICMBio	60
Usos Permitidos, Permissivos e Proibidos nas zonas	Definidas as zonas, em plenária deve-se sugerir as principais questões relacionadas ao uso (as demais serão aprimoradas pela equipe técnica)	60

Necessidade de estudos, Programas e projetos	Entendendo os pontos críticos da UC é importante definir quais os estudos e programas necessários para que evite os efeitos de conflitos a curto, médio e longo prazo já construídos	30
Leitura do produto construído na OPP1 e OPP2	Releitura de todo Material construído e se necessário realizar ajustes e correções textuais ou para gerar uma compreensão mais objetiva do material.	25

Fonte: Ambientec.

3.2.5. Elaboração do relatório das Oficinas de Planejamento e da minuta dos planos de manejo subsidiada pelas decisões definidas em cada reunião e definição participativa do zoneamento

A equipe de consultores preparará um resumo do processo participativo. O relatório incluirá os detalhes (local e data) dos eventos e a lista de participantes, bem como os tópicos discutidos e as principais conclusões tiradas do processo participativo.

Atividade 3.3 Elaboração do plano e estratégias de gestão dos Parques Marinhos

Com base no diagnóstico dos PMs, nas reuniões com os atores envolvidos e nas oficinas de planejamento desenvolvidas, consolida-se a Proposta Única de Zoneamento dos PMs, as Áreas Estratégicas Internas e Externas, os Programas Temáticos com respectivos Programas de Ação, de forma associada ao desenvolvimento do turismo, além outros itens que abrangem o escopo do Plano de Manejo dos PMs. Estes documentos permitirão regular a gestão e uso sustentável das UCs promovendo atividades educativas e económicas ligadas a estas áreas, de forma compatível com a conservação dos valores naturais e culturais neles presentes.

3.3.1 Definição preliminar do Planejamento de cada Parque Marinho, com o foco nas áreas definidas e atividades permitidas (conservação, restauração, educação, pesquisa, turismo, etc)

Com base nas informações coletadas no diagnóstico e na Oficina de Planejamento Participativo, a equipe de consultores preparará uma versão preliminar de cada plano de gestão (um para cada PM).

A equipe de consultoria atenderá às demandas indicadas no relatório do escritório, fará ajustes como preencher as lacunas de informações apontadas, pendências de melhorias no texto e ortografia (se aplicável), e preenchê-lo com as informações mais precisas e atualizadas.

Feita a revisão, o Plano de Gestão será estruturado incluindo, se necessário, outros itens não contemplados na versão que foi revisada durante o expediente, por exemplo, um texto introdutório para apresentação e contextualização, etc. Da mesma forma, algumas informações podem ser reagrupadas para dar mais coerência e equilíbrio à estrutura, priorizando os diferentes tipos de informações. Esta versão estruturada constituirá a Versão Preliminar (ou versão 1) do Plano de Manejo. Nossa equipe garantirá que todos os aspectos modificados em relação à versão anterior construída durante os escritórios de preparação ou revisão do Plano de Manejo sejam registrados para que os atores estejam cientes de tais modificações e possam realizar um acompanhamento adequado das mudanças.

3.3.2 Definição dos Programas Temáticos e Programas de ação

A equipe de consultores definirá os Programas Temáticos e os Programas de Ação (Projetos Específicos), que definem as ações estratégicas e prioritárias para o planejamento e a gestão dos PM.

3.3.3 Definição preliminar do Cronograma e a Estimativa de Custos dos Programas de Ação

As ações serão priorizadas de acordo com critérios específicos de conservação, uso público e turístico e gestão de cada PM, levando em conta a demanda da comunidade, além de propor fontes de financiamento para a realização das ações.

3.3.4 Definição da Monitoria e Avaliação do Plano de Manejo

A equipe de consultores desenvolverá um sistema de indicadores para monitorar a implementação dos planos de gestão e avaliar sua eficácia.

Como exemplo, a seguir, apresentamos um modelo de planilha operacional elaborada para um Plano de Manejo para o desenvolvimento do turismo sustentável em uma área protegida, elaborado pela equipe do consórcio.

Monumento Natural Fraga de Catasós	DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE ÁRVORES ÚNICAS, ESPÉCIES AMEAÇADAS E HABITATS DE INTERESSE			A.3.3
Linha Estratégica	<i>(LE1) – Melhora da conservação da formação senleira, patrimônio natural e paisagem do espaço protegido</i>			
Objetivo Principal	A.3. Garantir a conservação dos habitats naturais e seminaturais, assim como a flora e fauna associadas, e favorecer a sua recuperação.			
Objetivos relacionados	<ul style="list-style-type: none"> • A.2. Promover a conservação das espécies arbóreas que constituem os elementos chave do monumento natural: castanheiros (<i>Castanea sativa</i>), e carvalhos (<i>Quercus robur</i>). • A.4.Reduzir os riscos ambientais que ocasionam a perda de biodiversidade e a fragmentação do ecossistema. • A.5. Melhorar e conservar a qualidade paisagística e a conectividade ecológica do espaço protegido. 			
Atuações concretas	<ul style="list-style-type: none"> • Desenho de um sistema de indicadores de seguimento. • Programação das ações de seguimento. • Realização das ações de seguimento e propostas de melhora se foram necessárias. 			
Prioridade	ALTA	MÉDIA	BAIXA	
Justificação	<p>Para garantir a conservação dos valores naturais mais notáveis do Monumento Natural da Fraga de Catasós, assim como para comprovar a efetividade das novas medidas propostas no Plano, resulta fundamental a comprovação do seu estado de conservação e realizar um seguimento do mantimento, melhora ou, no seu caso, piora, do estado dos valores.</p> <p>Este segmento requer de uma série de indicadores que sejam facilmente medíveis e estejam relacionados com o estado da conservação dos habitats e das espécies.</p> <p>Outra vantagem de realizar este segmento, é a detecção a tempo de possíveis situações ou impactos que afetem a conservação do espaço e dos seus valores, e realizar ações que permitam evitar ou corrigir os danos.</p>			

Descrição	<p>A seguir, a descrição das atividades incluídas nesta ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenho de um sistema de indicadores para o seguimento dos valores naturais (hábitats prioritários, árvores senlleiras, espécies ameaçadas): em base ao inventário de flora e fauna e ao inventário atualizado de árvores senlleiras, será elaborado um protocolo de seguimento em base a indicadores fáceis de medir e avaliar e que informem de forma efetiva, sobre o estado de conservação dos valores. • Programação das ações de seguimento em base aos indicadores propostos: será elaborado um calendário de comprovação dos indicadores especificando a periodicidade das comprovações a realizar tendo em conta o ciclo biológico anual das espécies, com o objetivo de otimizar o trabalho de seguimento. Ex.: seguimento da população de <i>Narcissus cyclamenaes</i> na época de floração (fevereiro-abril). • Realização das ações de seguimento, verificação <i>in situ</i>, dos indicadores do estado de conservação, no caso de detectar uma piora do estado de conservação, proposta de ações de controle de controle, mitigação e/ou melhora. 		
Coordenação	Consellería de Meio Ambiente e Ordenação do Território		
Agentes colaboradores	N/A		
Período de execução	CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO
Orçamento asignado	6.000 € / bianual		
Seguimento da atuação			
Indicador	Medição		
	Como	Limite/Quando	
Protocolo de seguimento	Feito (SI / NON)	36 meses depois da aprovação do Plano	
Registro de controle de seguimento	Feito (SI / NON)	Bianual	

ETAPA 4. ELABORAÇÃO DOS DECRETOS E NORMAS DE ORDENAMENTO DOS PLANOS DE MANEJO

Os Decretos e Normas legais são requisitos específicos de uma Unidade de Conservação-UC que devem ser observados e cumpridos. Eles devem ser expressos durante a criação de uma UC, por meio de legislação específica. Tais atos legais podem promover uma rede de parcerias que ajudam a cumprir os objetivos da UC, sendo assim essenciais.

Para a efetiva criação de um Parque Natural Marinho Municipal e a elaboração de seu Plano de Manejo devem ser devidamente observadas as legislações pertinentes, a fim de viabilizar o planejamento e execução de sua implementação e gestão.



PRODUTOS:

- ✓ **P6.1 Relatório e Minuta das Normas de Ordenamento e Controle Relativas ao Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Marinho da Barra (Zoneamento Ecológico e Econômico e Normas do Parque Natural Municipal Marinho da Barra).**
- ✓ **P6.2 Relatório e Minuta das Normas de Ordenamento e Controle Relativas ao Plano de Manejo do Parque Natural Marinho Municipal do Cavalo Marinho da Cidade Baixa (Zoneamento Ecológico e Econômico e Normas do Parque Natural Marinho Municipal do Cavalo Marinho da Cidade Baixa).**

Atividade 4.1 Reuniões técnicas com o GT para a definição do conteúdo referente às normas de ordenamento e controle para os decretos

A equipe de consultores terá uma reunião com o GT para definir o conteúdo referente aos padrões de gerenciamento e controle dos decretos.

Atividade 4.2 Elaboração da minuta das normas de ordenamento e controle dos planos de manejo

A equipe de consultores elaborará as minutas dos padrões de gerenciamento e controle para os decretos. A seguir algumas das normas legais federais e estaduais que podem ser referência para este Projeto de Elaboração de Planos de Manejo de Parques Marinho na Bahia:

- DECRETO ESTADUAL Nº 30.953/2019-Cria e delimita o Parque Natural Municipal Marinho da Barra e dá outras providências.
- DECRETO ESTADUAL Nº 14.024/2012 - Aprova o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que instituiu a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, e da Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- LEI ESTADUAL Nº 11.476/2009- Dispõe sobre a criação da Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas de Proteção Ambiental do Estado da Bahia, sobre o

uso e ocupação na Zona de Proteção Visual, na Zona de Agricultura e na Zona de Manejo Especial da APA do Litoral Norte, e dá outras providências

- LEI ESTADUAL nº 12.377/2011 - Altera a Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Lei nº 11.051, de 06 de junho de 2008, que reestrutura o Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação.
- ECRETO ESTADUAL Nº 12.353/2010 - Altera o Decreto nº 11.235, de 10 de outubro de 2008, que regulamenta a Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, e dá outras providências.
- LEI ESTADUAL Nº 10.431/2006 - Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências.
- DECRETO FEDERAL - Nº 4.340/2002- Regulamenta artigos da Lei nº 9.985/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências
- DECRETO FEDERAL Nº 4.340/2002 – Regulamenta o SNUC
- LEI FEDERAL nº 9.985/2000 - SNUC – Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
- LEI FEDERAL Nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais - Altera a Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Lei nº 11.051, de 06 de junho de 2008, que reestrutura o Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação.
- DECRETO FEDERAL Nº 6.514/2008 – Regulamenta a Lei de Crimes Ambientais e dispõe sobre infrações e sanções administrativas ao meio ambiente em unidades de conservação.
- DECRETO Nº 5.758/2006 - Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.
- PORTARIA MMA Nº 445/2014- Reconhece como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos"; alterada pelas PORTARIAS MMA Nº 98, DE 28 DE ABRIL DE 2015 e 163/2015 DE 08 de junho de 2015.
- DECRETO FEDERAL Nº 84.017/1979 - Estabeleceu o regulamento dos Parques Nacionais brasileiros.
- Instrução Normativa Ibama nº 202/2008. Regulamenta a captura, o transporte e a exploração de peixes marinhos para fins ornamentais e de aquarofilia; lista as espécies nativas permitidas; determina cotas anuais de exportação por empresa; determina os petrechos permitidos; torna obrigatório o uso de guias de trânsito para o transporte interestadual e o registro de exportação do Siscomex, do Banco Central do Brasil, para o transporte internacional de peixes marinhos para fins ornamentais.
- Instrução Normativa MMA nº 5/2004. Lista espécies de peixes e invertebrados aquáticos ameaçados de extinção, sobre-explotados ou ameaçados de sobre-explotação. As duas espécies de cavalos marinhos ocorrentes no Brasil constam no Anexo II, que lista as espécies sobre-explotadas ou ameaçadas de sobre-explotação, que deverão ter planos de gestão que visem a recuperação dos estoques e da sustentabilidade da pesca.

Atividade 4.3 Consolidação dos Planos de Manejo contendo as minutas finais dos decretos

Depois que os decretos forem elaborados, os planos de gestão serão concluídos e enviados ao cliente para validação.

ETAPA 5. CONSOLIDAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO

A última etapa do projeto é crucial, pois é nela que os planos de gestão serão finalizados e aprovados pelo cliente e onde os planos serão apresentados às comunidades envolvidas. A aceitação por parte dessas comunidades será fundamental para garantir a implementação bem-sucedida dos planos de gerenciamento.



PRODUTOS:

- ✓ **P7.1 Consolidação do Plano de Manejo e Gestão contendo a minuta final de decreto de Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Marinho da Barra.**
- ✓ **P7.2 Consolidação do Plano de Manejo e Gestão contendo a minuta final de decreto de Plano de Manejo do Parque Marinho do Cavalo Marinho da Cidade Baixa.**
- ✓ **P8.1 Relatório contextualizado das oficinas realizadas e a proposta consolidada do Plano de Manejo e Gestão do Parque Natural Municipal Marinho da Barra, com ZEE, com normas, juntamente com Planos e Programas Preliminares de Sustentabilidade Ambiental e Socioeconômica.**
- ✓ **P8.2 Relatório contextualizado das oficinas realizadas, contendo os resultados do diagnóstico, registro descritivo e visual das atividades e a proposta consolidada do Plano de Manejo e Gestão do Parque Marinho do Cavalo Marinho da Cidade Baixa, com ZEE, com normas, juntamente com Planos e Programas Preliminares de Sustentabilidade Ambiental e Socioeconômica.**

Atividade 5.1 Elaboração de relatórios executivos e fotográficos das oficinas e procedimentos de trabalho

5.1.1 Elaboração dos relatórios incluindo anexos fotográficos e cartográficos das oficinas e a versão consolidada dos planos de manejo e gestão

Uma vez resolvidas as questões conflitantes e alcançado um consenso sobre as decisões de gestão e zoneamento da UC, as informações serão consolidadas para finalizar a Versão Final (ou versão 2) do Plano de Manejo.

A equipe de consultores produzirá relatórios das oficinas de planejamento, incluindo elementos fotográficos e cartográficos, bem como a versão consolidada do plano de gestão. Este documento será aquele que deverá ser submetido à aprovação do Conselho de cada UC e análise técnica pelos órgãos competentes seguindo os procedimentos legais exigidos.

Os planos de manejo definirão os programas e projetos prioritários para gestão de cada Unidade de Conservação, buscando aumentar o grau de efetividade das áreas e garantir o cumprimento dos objetivos das Unidades.

Quanto ao conteúdo do documento final consolidado e validado do Plano de Manejo, este terá a estrutura padronizada no ICMBio Roteiro, que por sua vez segue as diretrizes do COMAN.

Assim, será garantido que o Plano de Gestão esteja estruturado da seguinte forma e com o seguinte conteúdo mínimo:

INTRODUÇÃO
Missão (conteúdos oficiais indicados pelo Órgão gestor da UC, papel, número de UCs e respectiva criada).
Missão e visão adaptada aos objetivos da UC
Introdução e contextualização, incluídos os conteúdos do Plano de Manejo.
Elementos do Plano de Manejo (“pirâmide de elementos”)
Histórico do plano de manejo (para a APA da Sabiaguaba ou elementos contestados em processo de participação)
PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS
Ficha técnica da UC e plano ou mapa de localização
Breve descrição da UC (principais características físicas e ambientais)
Propósito do Plano de Manejo
Declarações de Significância
Recursos e valores fundamentais
PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS
Subsídios para Interpretação Ambiental
Levantamento das Necessidades de Dados e de Planejamento
Análise dos Recursos e Valores Fundamentais
Questões-chave
Priorização das necessidades e dos dados e de planejamento
Programas de ação operacionais:
Programa de Educação Ambiental
Programa de Gestão Ambiental
Programa de Uso Público
Plano de Sustentabilidade Econômica
PARTE 3: COMPONENTES NORMATIVOS
Zoneamento enumerando as zonas:
Zona A: conceito de zona, descrição, normas (numeradas)
Zona B
Zona C...
Cartografia do zoneamento
Normas gerais
Atos legais e administrativos
Anexos
Referências

5.1.2 Apresentação da versão consolidada dos planos para a revisão e validação com o GT

Essa versão consolidada será enviada ao GT para revisão e validação final.

Atividade 5.2 Revisão dos relatórios e da versão consolidada dos planos de manejos considerando os comentários

5.2.1 Realização dos ajustes e revisões necessárias, a partir dos comentários e pareceres técnicos recebidos nos Relatórios Parciais

Após receber os comentários do cliente, a equipe de consultoria fará os ajustes necessários nos planos de gestão.

5.2.2 Preparação dos relatórios executivos finais incluído a versão consolidada e revisada final dos Planos de Manejo e Gestão e preparação de materiais para a apresentação pública

Depois que o plano de gestão for aceito e validado pelo cliente, a equipe de consultores preparará o relatório final (com a versão atualizada), bem como os materiais necessários para a apresentação pública do plano.

Atividade 5.3 Apresentação final dos Planos de Manejos às comunidades envolvidas

Nesta etapa, após a avaliação do cliente e adequações necessárias nos produtos:

- Parque da Barra (Diagnóstico, Plano de manejo, Zoneamento)
- Parque da Cidade Baixa (Diagnóstico, Plano de manejo, Zoneamento e Minuta do Decreto de Criação do Parque)

Em seguida, serão realizadas, dois encontros, sendo, uma para cada UC, com o objetivo de apresentar publicamente estes produtos e receber dos presentes a chancela.

5.3.1 Mobilização e organização da audiência pública

Serão realizados contatos via e-mail com ofício de convite, contatos telefônicos e mensagem de WhatsApp para todos aqueles que participaram dos processos de construção (OPP) do Plano de manejo, e órgãos públicos relacionados.

5.3.2 Realização da audiência para a apresentação dos planos

Em dia, horário e local previamente definidos, deverão estar presentes ao evento:

Representantes do poder público

- Prodetur
- Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Salvador
- Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS)

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR),
- Instituto Federal Baiano (IF Baiano)

Representantes da Sociedade civil

- Membros do Conselho Gestor do Parque ou Grupo de Trabalho do Parque

O encontro terá um viés informativo e não deliberativo, ou seja, não haverá momento para destaques ou falas dos presentes. As etapas deste encontro estão apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5. Partes do encontro Geral

Ação	Tempo (min)
Recepcionar os presentes	10
Apresentar todo Passo a passo da idealização da UC até a presente reunião	20
Apresentar um resumo do diagnóstico do meio Físico	10
Apresentar um resumo do diagnóstico do meio Biótico	10
Apresentar um resumo do diagnóstico do meio Antrópico	10
Apresentar um resumo do diagnóstico do meio Arqueológico	10
Apresentar (Propósito, Declaração de Significância, Recursos e Valores Fundamentais, Serviços Ecossistêmicos)	30
Apresentar Componentes dinâmicos - biodiversidade, usos antrópicos (análise do recurso fundamental) condição atual, tendência, ameaças, necessidade de dados e necessidade de planejamentos e condição atual	60
Apresentar componentes normativos (ZONAS)	20
Normas gerais do Parque (Por Zona)	20
Planos e Programas para o Parque	20
Apresentação da ficha técnica do Parque	10
Agradecimento	5
Total	235

5.3.3 Fechamento final dos relatórios

A atividade consiste na validação do Plano de Manejo pela Equipe Técnica para a homologação e publicação no Diário Oficial do Estado.

